

ENTREVISTA



6 EDUCAÇÃO PARA A PUBLICIDADE REALIDADE NECESSÁRIA TAMBÉM NO BRASIL

Especialista em Educação para o Consumo e para a Segurança Alimentar e dirigente do Centro de Formação para o Consumo de Coimbra, em Portugal, adstrito à renomada Associação Portuguesa de Direito do Consumo, ÂNGELA MARIA MARINI SIMÃO PORTUGAL FROTA discorre sobre a educação para a publicidade, enfocando as ações de *marketing* voltadas ao público infantil. Com o conhecimento da publicidade em outros países, traz a lume importantes questionamentos que devem ser a tônica dos debates sobre o tema também no Brasil. Acorde com a responsabilidade das famílias, das escolas e do Estado de proteção à criança e ao adolescente, alerta para que “confrontamo-nos com uma total falta de ética na publicidade, de que decorrem práticas reprováveis, como a manipulação infantil” e defende, com argumentos contundentes, a proibição da publicidade para crianças.

CAPA



24 ADVOCACIA PÚBLICA NOVOS TEMPOS

Ora por inquietantes questões de grande repercussão política, jurídica e social, ora em razão dos anseios dos membros das respectivas carreiras por condições adequadas para o cumprimento de suas missões institucionais, a Advocacia Pública está em evidência. Nesse contexto, sem descurar-se de tema imperativo como as prementes necessidades da Defensoria Pública da União, maior destaque se dá à Advocacia-Geral da União, merecendo a atenção dos doutos articulistas a necessidade de garantir aos seus membros maiores prerrogativas, o fortalecimento da Instituição e as temidas decorrências da aprovação do PLP nº 205/12. Em relevante perspectiva, ademais, coloca-se a questão da divergência intragovernamental, que leva a refletir sobre o poder geral de cautela do Advogado-Geral da União, revelando mais uma face destes novos tempos para a Advocacia Pública

ARTIGOS

DESTAQUE

Vivemos tempos difíceis...

22 Edson Luís Kossmann

ENFOQUE

A Lei de Cotas e as pessoas com deficiência

46 João Ribas

TENDÊNCIAS

Decisões perigosas

48 Almir Pazzianotto Pinto

OBSERVATÓRIO JURÍDICO

Denuncismo e sua relação conflituosa com o Estado de Direito

50 João Gaspar Rodrigues

CONTEXTO

Papiloscopistas (e) peritos

52 João Francisco da Mota Junior

CONJUNTURA

Penhora de valores a serem repassados por operadoras de cartão de crédito – Afronta ao princípio da menor onerosidade do executado

54 Bruno de Almeida Rocha

IN VOGA

Lei nº 12.736/12 – Nova oportunidade para a detração penal ou regra para fixação do regime inicial de cumprimento de pena?

56 Rodrigo da Silva Perez Araújo

DIREITO EMPRESARIAL

Inovações na tributação

da participação nos lucros ou resultados

59 Luiz Fernando Alouche, Fernando

Vaisman e Tamira Maira Fioravante

PORTAL JURÍDICO

A coisa julgada e a questão de sua relativização

60 Guilherme Ornelas Mendes Lobato

DOCTRINA

Sobre o dano moral

63 Renilson Alves Moura

PONTO DE VISTA

Olhar multidisciplinar sobre o usuário de crack

66 Lizete Andreis Sebben

SEÇÕES

4 Com a palavra...

10 Crítica & Autocrítica

12 Indicadores Econômicos

13 Cartas & Críticas

14 Pannel do Leitor

16 Direito Marítimo

18 Pannel Econômico

20 Propostas e Projetos

SUMÁRIO